

EDITORIAL

Maria Vieira Silva¹

Leonice Matilde Richter²

Vilma Aparecida de Souza³

Análises e proposições concernentes à Educação Integral e à Escola em Tempo Integral têm sido recorrentes na educação brasileira em diferentes contextos históricos. Vale ressaltar que, desde a década 1930, educadores como Anísio Teixeira vêm defendendo o tempo integral nas atividades escolares pressupondo, com essa ampliação, a possibilidade de construção de uma escola mais democrática (COELHO et al, 2019). Coelho et al (2019) remetem-se ainda à experiências de estados e municípios brasileiros na década 1990, colocando em relevo o Programa Especial de Educação (PEE) realizado no estado do Rio de Janeiro, o qual ampliou a jornada escolar no hoje denominado Ensino Fundamental por meio da construção de 506 escolas em tempo integral – os Centros Integrados de Educação Pública – CIEPs.

No tempo presente, a Educação Integral e a Escola em Tempo Integral assumem novos contornos mediante proposições, políticas e práticas ensejadas pelo Plano Nacional de Educação – Lei n. 13.005/2014. A Meta 6 do mencionado Plano preconiza que crianças e adolescentes devem permanecer na escola “o tempo necessário para concluir este nível de

¹ Presidente da Comissão Editorial da Revista Educação e Políticas em Debate. Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Campinas com estágio de pós-doutorado realizado no *Centre de Recherches Sociologiques et Politiques de Paris* – Université Paris VIII. Professora Titular de Políticas e Gestão da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq. Coordenadora do Grupo de Pesquisa Polis, Políticas Educação e Cidadania – UFU. Diretora de Formação e Desenvolvimento da Associação Nacional de Política e Administração da Educação – ANPAE. Membro do Grupo de Trabalho Estado e Políticas Educacionais da ANPED e membro do Centro de Estudos Educação e Sociedade – CEDES. *ORCID*: <https://orcid.org/0000-0002-4510-0844>. *E-mail*: mvieiraufu@ufu.br

² Presidente adjunta da Comissão Editorial da Revista Educação e Políticas em Debate. Doutora em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia, com estágio doutoral CAPES realizado na Universidade do Minho, sob a supervisão do Prof. Almerindo Janela. Professora Adjunta de Políticas e Gestão da Educação do Instituto de Ciências Humanas do Pontal da Universidade Federal de Uberlândia. Coordenadora adjunta do Grupo de Pesquisa Polis, Políticas Educação e Cidadania – UFU. Membro da Associação Nacional de Política e Administração da Educação – ANPAE e do Centro de Estudos Educação e Sociedade – CEDES. *ORCID*: <https://orcid.org/0000-0002-4510-0844>. *E-mail*: leonice@ufu.br

³ Editora adjunta a Comissão Editorial da Revista Educação e Políticas em Debate. Doutora em Educação pela UFU da UFU. Membro do Grupo de Pesquisa Polis, Políticas Educação e Cidadania – UFU. *ORCID*: <https://orcid.org/0000-0001-9420-0908>. *E-mail*: vilmasouza@ufu.br.

ensino, eliminando mais celeremente o analfabetismo e elevando gradativamente a escolaridade da população brasileira” (BRASIL, 2014).

De acordo com o Censo Escolar (2018), as matrículas em tempo integral do ensino médio subiram 17,8% em 2018. A matrícula na educação técnica de nível médio teve um crescimento de 4,3%, de 2017 para 2018, na creche o crescimento foi de 5,3%. No entanto, o estudo revela que o número de matrículas em tempo integral no ensino fundamental diminuiu significativamente na rede pública no último ano, sendo que, em 2017, era de mais de 16% das matrículas e, em 2018, ficou em 11%. Em que pese a supracitada redução de matrículas no ensino fundamental em 2018, dados do Censo Escolar dos anos finais da última década evidenciam um crescimento expressivo das matrículas em escolas de tempo integral, o qual tem ocorrido de forma coetânea à veiculação de dispositivos legais e curriculares oriundos de proposições governamentais.

Tais dimensões denotam avanços desta modalidade educacional na realidade brasileira, paradoxalmente, pesquisas que se dedicam a essa temática têm apresentado descrições e análises de um cenário marcado pela insuficiência de financiamento; precariedade da infraestrutura; espaço físico inadequado para a realização de atividades complementares, dentre outros problemas que dificultam o atendimento em tempo integral com qualidade. Diante desse quadro, a *Revista Educação e Políticas em Debate* se propõe a contribuir com o fomento desta temática mediante a disponibilização de textos de excelente qualidade acadêmica submetidos ao dossiê ***Políticas públicas de educação em tempo integral: desafios atuais***. O lançamento deste número se dá em um momento no qual a agenda de políticas educacionais no Brasil apresenta novos desafios uma vez que terá início em 2020 o currículo do Novo *Ensino Médio*, ocasionando a necessidade de análises sobre os desafios para a implementação da jornada escolar em tempo integral.

Além dos artigos que compõem o referido dossiê, contamos também com interessantes textos na seção Demanda Contínua, de autores de diferentes instituições e regiões, os quais abordam problemáticas referentes às políticas educacionais. O artigo ***Determinaciones polític/as y contratación del docente cátedra en Colombia***, de Juan-Francisco Remolina-Caviedes, da Universidad Industrial de Santander, propõe-se a analisar as configurações das relações contratuais do professor catedrático na Colômbia. Tendo como referência a abordagem teórico-metodológica do materialismo histórico-dialético e análise de documentos oficiais, o autor apresenta instigantes reflexões sobre os novos formatos de contratos de trabalhos em uma universidade pública colombiana.

O artigo *A prática pedagógica em Educação de Jovens e Adultos: formação e saberes*, de Antônio Amorim, da Universidade do Estado da Bahia, tem como temática central a análise da formação do docente e a construção dos saberes inovadores, observando o contexto atual da escola e dos profissionais em processo de formação. Para tanto, a partir de uma abordagem qualitativa com pesquisa de campo o autor problematiza a formação e os saberes docentes trabalhados na formação dos estagiários do curso de Pedagogia.

O artigo **Metodologia para a elaboração de estrutura salarial em instituições de ensino**, de Selma Maria Assis Diase, Rosebelly Nunes Marques e Flavio Henrique Mendes, apresenta uma pesquisa, na qual propõe-se uma metodologia indexada para o estabelecimento de valores salariais para os cargos de uma instituição de ensino, considerando os pisos salariais das respectivas classes trabalhistas e as médias salariais praticadas no mercado. Foram criados Fatores de Experiência, Fatores Mínimos de Remuneração e Fatores finais de Remuneração que são apresentados no artigo.

No artigo **Reflexões sobre o ensino de Geografia em Goiás a partir da introdução da Base Nacional Comum Curricular**, de Leovan Alves dos Santo, discute-se a proposta de ensino de Geografia presente nos documentos que orientam as propostas curriculares em Goiás para o Ensino Fundamental e para o Ensino Médio. Para tanto, realiza-se uma análise documental e bibliográfica, por meio das quais destaca-se o trabalho do professor de Geografia frente aos limites e possibilidades presentes nestes documentos.

O artigo **A inscrição da educação como direito social no Brasil: uma história viciada**, de Flávio Bezerra de Sousa, apresenta um debate em torno da conceituação histórica de cidadania e a inscrição da educação como direito social, com o objetivo de apreciar os elementos explicativos de inscrição desse conceito e seus desdobramentos no âmbito das políticas educacionais, especialmente sob a égide dos interesses da Nova Gestão Pública (NGP) Buscou-se delinear apontamentos que auxiliam na compreensão de como ocorreu o estabelecimento das políticas educacionais no Brasil, e de como ela está amparada pelas conceituações em torno do direito à educação como elemento sustentador da política pública, mas que é afetada por interesses instados no cronograma da lógica de mercado.

O trabalho que consta da seção **Resenha**, apresenta sínteses analíticas da obra “Políticas Públicas de Ingresso no Ensino Superior Brasileiro”. Os autores produziram um instigante panorama da supracitada obra a qual enfoca perspectivas ético-filosóficas das políticas sociais e das legislações educacionais voltadas para o ingresso de estudantes no ensino superior público e privado.

Por fim, vale ressaltar que presenciamos tempos conflituosos na política do País, com repercussões expressivas na política educacional e falta de estabilidade na garantia do direito à educação pública, em seus diferentes níveis e modalidades. Esperamos que as reflexões veiculadas pelos trabalhos do presente número da *Revista Educação e Políticas em Debate*, possam contribuir para ampliar análises e fomentar o debate acerca do fortalecimento da educação pública. Manifestamos nossa gratidão ao empenho dos diferentes colaboradores e suas valorosas contribuições: a organizadora do dossiê; os autores; os pareceristas; os revisores que trabalharam no sentido de fazer chegar aos leitores produções acadêmicas designadas como qualificadas no curso de nosso processo editorial.

Uma proveitosa leitura!